IBGE

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA – RAINT

EXERCÍCIO 2017

fevereiro/2018

Figuras e Gráficos

GRÁFICO 1: AUDITORIA INTERNA - CAPACITAÇÃO 2017 14

GRÁFICO 2: CONCESSÃO DE PENSÃO CIVIL – ANÁLISE DE RISCO 16

Tabelas

TABELA 1: AUDITORIA UNIDADES 7

TABELA 2: AQUISIÇÕES - AMOSTRA 7

TABELA 3: AUDITORIA TEMAS 8

TABELA 4: CONCESSÃO DE PENSÃO CIVIL E APOSENTADORIA 9

TABELA 5: REVISÃO DE FICHA FINANCEIRA – AMOSTRA 11

TABELA 6: 13

TABELA 7: 15

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 5

2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL 5

2.1 ORGANOGRAMA 5

3 AÇÕES DE AUDITORIA 6

3.1 ABORDAGEM UNIDADES GESTORAS 6

3.1.1 Unidades - Áreas, Temas e tarefas/atividades 7

3.2 ABORDAGEM TEMAS 8

3.2.1 Contas Semestrais/Anual 9

3.2.2 Concessão de Aposentadorias e Pensões Civis 9

3.2.3 Folha de Pagamento 11

3.2.4 Baixa Patrimonial 11

3.2.5 Aquisição de Bens e Serviços 12

3.2.6 Convênios, Acordos, Termos de Cooperação e Ajustes 12

3.2.7 Cartão de Pagam. do Governo Federal 12

3.2.8 Denúncias Recebidas 12

3.2.9 Plano de Providências Permanente 12

3.3 AUDITORIAS PREVISTAS E NÃO REALIZADAS 13

4 AUDITORIA INTERNA – ATUAÇÃO 13

4.1 IMPACTOS NA AUDITORIA INTERNA – FATOS RELEVANTES 13

4.1.1 Estrutura Organizacional 13

4.1.2 Capacitação 13

4.2 BENEFÍCIOS - MATURAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS 14

4.2.1 Ambiente Interno 14

4.2.2 Atividades de Controle 15

4.2.3 Avaliação de Riscos 15

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 17

INTRODUÇÃO

Este Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna - RAINT reporta as atividades de auditoria realizadas no exercício de 2017, decorrentes de ações previstas no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT 2017, em consonância com o estabelecido na Instrução Normativa nº 24, de 17 de novembro de 2015, da Controladoria-Geral da União.

2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A Auditoria Interna – AUD, órgão seccional, vincula-se administrativamente ao Conselho Curador – órgão colegiado de direção superior, conforme Regimento Interno do IBGE aprovado pela Portaria MPOG nº 215, de 12 de agosto de 2004.

Na função de assessoria compete à AUD fiscalizar o uso adequado dos recursos e comprovar a legalidade e legitimidade das ações administrativas compreendendo a gestão orçamentária, financeira, patrimonial, de pessoal e demais sistemas administrativos.

2.1 ORGANOGRAMA

Em dezembro de 2017 a AUD compunha-se de: Auditor-Chefe (1), Assistente Técnico (1), Gerente (1), Secretaria[1] (1) e Auditores (13), conforme figura 1, compondo quadro de 16 servidores do quadro efetivo.

[1] *Contratação de serviço à empresa especializada*

Figura 1. Organograma – dez. 2017

3 AÇÕES DE AUDITORIA

Foram realizadas 91% das 23 ações de auditoria do PAINT 2017. De 23 ações planejadas e iniciadas, não foram finalizadas as Ações nº 17 – Unidade Estadual do IBGE no Rio Grande do Sul – UE/RS; e nº 22 – Unidade Estadual do IBGE no Rio de Janeiro – UE/RJ. As ações foram suspensas em decorrência de redirecionamento da disponibilidade da força de trabalho como para a capacitação em auditoria, tendo em vista a oportunidade e disponibilidade de recursos orçamentários que se apresentaram ao final de novembro/2017.

3.1 Abordagem Unidades Gestoras

No exercício de 2017 foram realizados trabalhos de campo em 7 das 27 Unidades do IBGE nos Estados.

Essas ações tiveram como objetivo comprovar a legalidade e avaliar a eficiência no cumprimento das atividades estabelecidas na Resolução do Conselho Diretor - RCD nº 005, de 11/12/2006, bem como o controle interno da Unidade abrangendo a gestão de pessoas, controle da gestão, gestão financeira, gestão patrimonial, suprimento de bens e serviços e o setor de disseminação de informações.

Foram emitidos sete relatórios de auditoria conforme Tabela 1.

Tabela 1: **Auditoria Unidades**

Ação PAINT	Relat. Nº	Escopo
10	04/2017	Unidade Estadual do IBGE no Maranhão - UE/MA
12	05/2017	Unidade Estadual do IBGE no Amapá - UE-AP
16	07/2017	Unidade Estadual do IBGE em Minas Gerais - UE/MG
15	09/2017	Unidade Estadual do IBGE em Pernambuco - UE/PE
18	10/2017	Unidade Estadual do IBGE em Tocantins - UE/TO
19	12/2017	Unidade Estadual do IBGE em Santa Catarina - UE/SC
23	13/2017	Unidade Estadual do IBGE no Paraná - UE/PR

Para realização dessas ações foram aplicadas 3.972 Hh, em média 567 Hh/Ação, cerca de 8% abaixo em relação à média 2017/2016. Como resultado, foram efetuadas 205 recomendações relativas aos achados de auditoria, conforme tabela 7.

Na sequência, os principais aspectos que foram contemplados nos trabalhos com essa abordagem.

3.1.1 Unidades - Áreas, Temas e tarefas/atividades

I. Gestão de Pessoas: análise e movimentação do quadro de pessoal, licenças e afastamentos, auxílio-funeral, contratos temporários – CDT e diárias no país.

II. Controle da Gestão: demandas de órgãos de controle externo (TCU e CGU), cadastro de responsáveis SIAFI, Plano de Providências Permanente do IBGE e consistência dos registros contábeis.

III. Gestão Financeira: demonstrações financeiras, restos a pagar, créditos administrativos, fornecedores e suprimento de fundos.

IV. Gestão Patrimonial: controle de bens móveis e imóveis, cessão de imóvel, locação de imóveis, controle operacional da frota de veículos, almoxarifado e estoques/vendas de publicações, controle de material de uso duradouro.

V. Aquisição de Bens e Serviços: pregão, dispensa e inexigib. de licitação, contratos adm. – atividades de custeio, suprimento de fundos, tendo sido examinados 427 processos representativos de 8,11% da despesa liquidada em 2017, conforme Tabela 2.

Tabela 2: **Aquisições - Amostra**

Modalidade	Empenho Liquid.(R$)	Amostra	
		Amostra (R$)	%
Suprimento de Fundos	9.094.034,23	723.443,	7,90%
Dispensa e Inexigibilidade	67.426.020,84	360.629,12	0,53%
Pregão	156.711.250,51	17.822.690,22	11,37%
Total	**233.231.305.58**	**18.906.762,34**	**8,11%**

Fonte: Tesouro Gerencial

3.2 ABORDAGEM TEMAS

Foram realizadas ações de auditoria orientadas a temas conforme relacionados na Tabela 3, envolvendo todas as Unidades do IBGE.

Os resultados foram comunicados aos gestores mediante Relatórios, Solicitação de Auditoria – SA e Pareceres emitidos.

Os relatórios trimestrais são apresentados ao Conselho Curador visando assistência ao exercício das competências estabelecidas no Regimento Interno do IBGE desse órgão colegiado de direção superior.

Tabela 3: **Auditoria Temas**

Tema	Ação PAINT	Relat. Nº	Escopo
Contas semestrais/Anual	2017/001	01/2017	Prestação de Contas - exercício 2016
	2017/011	08/2017	Prestação de Contas - 1º semestre/2017
	2017/021		Prestação de Contas – Exercício 2017
Concessão de Aposentadorias e Pensões Civis.	2017/004	SA e relatórios de contas semestrais	Apos. e pensões civis concedidas em 2017
Plano de Provid. Permanente do IBGE	2017/005	SA	Recomendações efetuadas em relatórios emitidos pela Auditoria Interna.
Folha de Pagamento do IBGE	2017/006	SA	Revisão de ficha financeira – exerc. 2017.
Bens Móveis	2017/008	Parecer e SA	Alienação e desfazimento de Mat. Permanente e de Consumo, monitoramento/regularização de registro SIAFI de bens não localizados.
Aquisições e Contratos	2017/014	Relat. Unidades Estaduais	Licitações, dispensas e inexigibilidades e fiscalização de contratos
Denúncias e Demandas Externas	2017/020	06/2017	Locação de imóvel para instalação das unidades do IBGE no Rio de Janeiro/RJ
Gratificação por Serv. Extraordinários – GSE	2017/002	03/2017	Pagamento de Grat. por Serviço Extraordinário-GSE, ofício CGU 2758/2017/CGPLAG/DG/SFC-CGU, de 17/02/2017.
Tecnologia da Informação – TIC	2017/003	11/2017	Política da Segurança da Informação – POSIC 2016, PDTI 2015-2016, infraestrutura de segurança e TCU – Questionário de Governança de TI 2016.
Gestão Contábil, Orçam. e Financeira	2017/009	SA	Demonstrativos contábeis/financeiros do exercício de 2017.
Convênios, Acordos e Termos de Execução Descentralizada	2017/021	Parecer	Prestação de Contas
Almoxarifado Central	2017/017	02/2017	Instalações/estoque de material de consumo da Administração Central do IBGE.

Foram utilizadas 11.679 Hh para a realização desses trabalhos, em média 973 Hh por tema.

3.2.1 Contas Semestrais/Anual

Nesse tema são analisadas a execução orçamentária e financeira e os controles patrimoniais. São emitidos relatórios com periodicidade semestral visando apreciação do Conselho Curador conforme Regimento Interno do IBGE.

Os trabalhos do 2º e último semestre são complementados no exercício seguinte quando, ampliando-se o escopo, são examinados os inventários patrimoniais de todas as Unidades Gestoras.

3.2.2 Concessão de Aposentadorias e Pensões Civis

Amostras dos processos de concessões de aposentadorias e pensões civis foram examinadas a medida que ocorreram, com o objetivo em verificar a regularidade do ato de concessão. Essa verificação se deu mediante fatores de controle, dentre outros, como *suporte documental*, consistência material e *informação ao TCU (Sisac)*. O primeiro indicador diz respeito aos requisitos como motivação/justificativa para o ato e a necessária documentação para estabelecer o nexo de casualidade instituidor-beneficiário, ou para habilitação à aposentadoria. Dessa forma pode-se comprovar a legalidade do ato concessório. O segundo indicador está relacionado com a correção/incorreção dos valores dos respectivos pagamentos efetuados. O terceiro indicador está relacionado à conformidade/cumprimento do estabelecido na Instrução Normativa TCU nº 55, de 24/10/2007.

A amostra de pensão civil foi o universo (100%) de atos concedidos em 2017. Critérios estatísticos como grau de confiança de 90% e erro tolerável de 2% foram utilizados para determinação do tamanho da amostra de concessão de aposentadoria. O percentual médio de observações de auditoria foi de 16,10% e 12,12% para concessão de pensão civil e aposentadoria, respectivamente, conforme Tabela 4.

Tabela 4: **Concessão de Pensão Civil e Aposentadoria**

Lote/Estrato	Pensão Civil		Aposentadoria	
	Amostra	%Obs. (média)	Amostra	%Obs. (média)
1º Semestre/2017	59	19,49	80	9,84
2º Semestre/2017	77	12,72	53	14,36
Total/Média	136	16,10	131	12,12

Fonte:AUDGESTAO

Em termos das categorias mencionadas (fatores de controle), nas concessões de pensão civil destacou-se a *materialidade* (*consistência material*), em média de 62,92% amostras com algum tipo de observação/impropriedade, conforme Figura 2.

Figura 2. Concessão de Pensão Civil - Controle Fatores

Com relação à concessão de aposentadorias, igualmente destacou-se a *materialidade* com 55,86% da amostra com impropriedade, conforme Figura 3, seguida da observância do prazo para *informação ao TCU (SISAC)*, com 23,83%.

Figura 3. Concessão de Aposentadoria - Controles

3.2.3 **Folha de Pagamento**

Mediante análise da homologação da folha de pagamento do IBGE identificou-se e foram revisadas 48 fichas financeiras relativas ao exercício de 2017, tendo sido reportadas ocorrências (materialidade) da ordem de 76 mil, conforme tabela 5.

Tabela 5: **Revisão de Ficha Financeira – Amostra**

Categoria/rubrica	**Amostra**	**Diferença(R$)**
Gratificação Natalina	2	20.696,09
Aposentadoria - Indenização de férias	2	16.620,25
Pagamento indevido	1	22.823,60
Gratif. GDIBGE	34	14.530,88
Reajuste de pensão civil tipo 53 (judicial)	9	1.812,62
Total	**48**	**76.483,44**

Fonte: AUDGESTAO

3.2.4 **Baixa Patrimonial**

Examinados 14 processos de baixas patrimoniais representativas de 3,7 milhões de reais, em conformidade com a Resolução do Presidente – R.PR nº 07/2011 e Resolução do Diretor Executivo – R.DE nº 04/2011.

3.2.5 Aquisição de Bens e Serviços

No escopo das ações realizadas nas Unidades foram examinados 476 processos de aquisições, que importaram em R$ 19.116.463,07 nas modalidades pregão, dispensa e inexigibilidade de licitação, e suprimento de fundos, representativos de 8,11% da despesa liquidada em 2017 nessas modalidades.

3.2.6 Convênios, Acordos, Termos de Cooperação e Ajustes

Em cumprimento ao estabelecido na Resolução do Conselho Diretor – R.CD nº 10, de 19/07/2010, foram examinadas as prestações de contas de 3 processos relativos a compromissos firmados pelo IBGE sob a forma de parcerias, termos de execução descentralizada, contratos de repasse, convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres. Os resultados de auditoria foram apensados aos respectivos processos.

3.2.7 Cartão de Pagam. do Governo Federal

As ações realizadas nas Unidades Estaduais e Adm. Central contemplaram o exame de 309 processos, que importaram em R$723.443,73, representativos de 7,9% da despesa empenhada e liquidada nessa forma de aplicação de recursos financeiros.

3.2.8 Denúncias Recebidas

Analisada a legalidade, a legitimidade, a economicidade e a vantajosidade da locação de imóvel para instalação da sede da UE/PE, em atendimento ao Ofício nº 15296/2016/CGPOG/DE/SFC-CGU.

3.2.9 Plano de Providências Permanente

O plano de providências é constituído pelas ações propostas, com os respectivos prazos para implementação, pelos responsáveis pelo encaminhamento das recomendações em relatórios da Auditoria Interna.

Em 2017 foram efetuadas 212 recomendações tendo sido atendidas 48,1% e estão em monitoramento 51,1%, conforme tabela 6.

Com relação ao exercício de 2016, estão em monitoramento 11,3% (45) dos planos de providências, dentro dos prazos estabelecidos.

Documento	Achados	Recomend.	Canceladas	Atendidas	Monitoram.	Outras	Prazo Máx.
Relatório PR/AUD nº 2016/19	1	2	0	1	1	0	30/03/2018
Relatório PR/AUD nº 2017/02	5	5	0	0	4	0	30/03/2018
Relatório PR/AUD nº 2017/04	55	55	0	44	11	0	31/12/2018
Relatório PR/AUD nº 2017/05	28	28	0	22	6	0	30/03/2018
Relatório PR/AUD nº 2017/07	13	23	0	14	9	0	31/03/2018
Relatório PR/AUD nº 2017/09	48	48	0	21	27	0	30/06/2018
Relatório PR/AUD nº 2017/10	20	20	0	0	20	0	03/08/2018
Relatório PR/AUD nº 2017/12	31	31	0	0	31	0	30/03/2018
Total	**201**	**212**		**102**	**109**		

Fonte:AUDGESTAO

3.3 AUDITORIAS PREVISTAS E NÃO REALIZADAS

Duas ações do PAINT 2017 foram iniciadas e não finalizadas: as Ações nº 17 e 22, Unidades Estaduais do IBGE no Rio Grande do Sul – UE/RS e no Rio de Janeiro – UE/RJ, respectivamente. Ações nessas Unidades estão planejadas no PAINT 2018.

4 AUDITORIA INTERNA – ATUAÇÃO

Nesta seção estão apresentados os fatos relevantes que impactaram as atividades de auditoria interna, bem como os benefícios decorrentes dos trabalhos realizados.

4.1 IMPACTOS NA AUDITORIA INTERNA – FATOS RELEVANTES

Os fatos relevantes descritos na sequência impactaram, positiva ou negativamente, nos recursos e na organização da auditoria interna com reflexo na realização das auditorias.

4.1.1 **Estrutura Organizacional**

No decorrer do exercício de 2017, o quadro de servidores da Auditoria Interna foi reduzido em dois postos de trabalho em decorrência de aposentadorias.

Ao final do exercício foi alocado à Auditoria Interna - AUD um cargo de Gerente – DAS 101.2, e, com isso, possibilitar a estruturação das atividades de auditoria interna com a finalidade em atender às novas demandas normativas e técnicas específicas para as unidades de auditorias internas governamentais.

4.1.2 **Capacitação**

Em 2017 houve participação em treinamentos e eventos de capacitação com carga horária total de 797 Hh, conforme gráfico1, representativos de 53 horas de capacitação por auditor.

Gráfico 1: **Auditoria Interna - Capacitação 2017**

Fonte:AUDGESTAO

4.2 Benefícios - Maturação dos Controles Internos

Os resultados das ações de auditoria interna realizadas em 2017 contribuíram para o aperfeiçoamento do controle interno quanto aos componentes: ambiente de controle(interno), avaliação de riscos, atividades de controle, informação e comunicação (IN CGU nº 24/2015; IN MPOG/CGU nº 1/2016).

4.2.1 **Ambiente Interno**

O ambiente interno é o principal elemento do controle interno impactando os demais como a atividade de controle, comunicação e informação e avaliação de riscos (IN MP/CGU nº 1/2016).

Associado a esse aspecto, observou-se que, em média, 20,2% do quadro de servidores efetivos das Unidades visitadas percebem o abono permanência, reunindo os requisitos para a aposentadoria.

Em nível nacional, essa média se eleva para 30,6% conforme dados dos arquivos SIAPE em dezembro/2017.

4.2.2 Atividades de Controle

O acompanhamento sistemático (monitoramento) das recomendações de auditoria, mediante sistema informatizado, implica em atenção do gestor para o encaminhamento da solução conforme compromissado.

Uma vez tratadas as causas dos achados de auditoria, o atendimento e implementação das recomendações contribui para a melhoria da gestão.

Em 2017 foram efetuadas 212 recomendações tendo sido atendidas 48,1% e estão em monitoramento 51,1%, conforme tabela 6.

Com relação à materialidade, os resultados das ações de auditoria contribuíram para a correção de impropriedades em pagamentos da ordem de 700 mil reais, distribuídos pelos temas conforme Tabela 7.

Tema	Amostra		Diferença(R$)	
	Qtde.	Valor (R$)	Valor ($)	%
Pagamento a Beneficiários de Pensão	136	2.719.116,74	480.960,84	18%
Pagamento de Servidores Inativos	132	1.281.111,33	146.002,18	11%
Folha de Pagamento	67	109.211,73	76.483,44	70%
Total	**335**	**4.109.439,80**	**703.446,46**	**17%**

Fonte: AUDGESTAO

As diferenças apuradas foram comunicadas às respectivas Unidades Pagadoras do IBGE, para os procedimentos de revisão e acerto.

4.2.3 Avaliação de Riscos

Na auditoria em concessões de aposentadorias e pensões civis foi realizada a análise de risco com base na probabilidade e impacto do evento, tendo sido destacados os aspectos (fatores de controle) da materialidade, suporte documental e informação ao TCU (SISAC).

O gráfico 2 apresenta, em termos percentuais dos processos examinados, em relação à amostra, para os quais houve alguma ocorrência julgada como merecedora de atenção quanto aos riscos associados com relação aos fatores de controle mencionados.

Para a concessão de pensão civil destacou-se a materialidade com percentuais entre 70% e 80%, conforme mostrado no gráfico 2.

Gráfico 2: **Concessão de Pensão Civil – Análise de Risco**

Fonte: AUDGESTAO

O controle da concessão de aposentadoria mostrou-se satisfatório, apresentando ocorrências inferiores a 2% em termos de riscos. Embora tenha ocorrido diferenças da ordem de 146 mil, o impacto é baixo haja vista a alta probabilidade da regularização.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concomitantemente à execução das Ações do PAINT 2017, esta Auditoria Interna - AUD atuou no atendimento de diversas demandas adicionais, caracterizadas pelas solicitações de esclarecimentos de dúvidas, orientações e várias outras formas de manifestações das inúmeras unidades do IBGE. Atuou ainda atendendo a Controladoria-Geral da União -CGU, bem como ao Tribunal de Contas - TCU, cumprindo solicitações/determinações.

Os resultados das ações de auditoria em 2016 foram circunscritos às competências regimentais da Auditoria Interna, conforme mencionado na seção 2.

Foram realizados trabalhos temáticos contemplando todas as Unidades Pagadoras do IBGE. Quanto às atividades finalísticas, foram visitadas 12 (44%) das 27 Unidades Estaduais responsáveis pela coleta/pesquisas para produção de informações estatísticas. Os resultados integram as 396 recomendações relativas às ressalvas de auditoria, das quais foram prontamente atendidas 71,46% e 28,28% estão dentro do prazo para implementação do plano de providências.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2018

Walid Nemer Damous Sobrinho
Auditor-Chefe da AUD